



GOVERNO DE  
PORTUGAL

# ME - Orçamento 2015

Apresentação AR

Novembro 2014

## A. Visão global 2014-2015

1. Ajustamento português em curso
2. Dados Macroeconómicos
3. Dados Competitividade

## B. Medidas estratégicas 2015

1. Internacionalização da Economia, Investimento e I&D&I
2. Financiamento
3. Competitividade Fiscal
4. Consumo Interno, Defesa do Consumidor e Comércio
5. Infraestruturas, Transportes e Comunicações
6. Turismo
7. Consolidação Orçamental

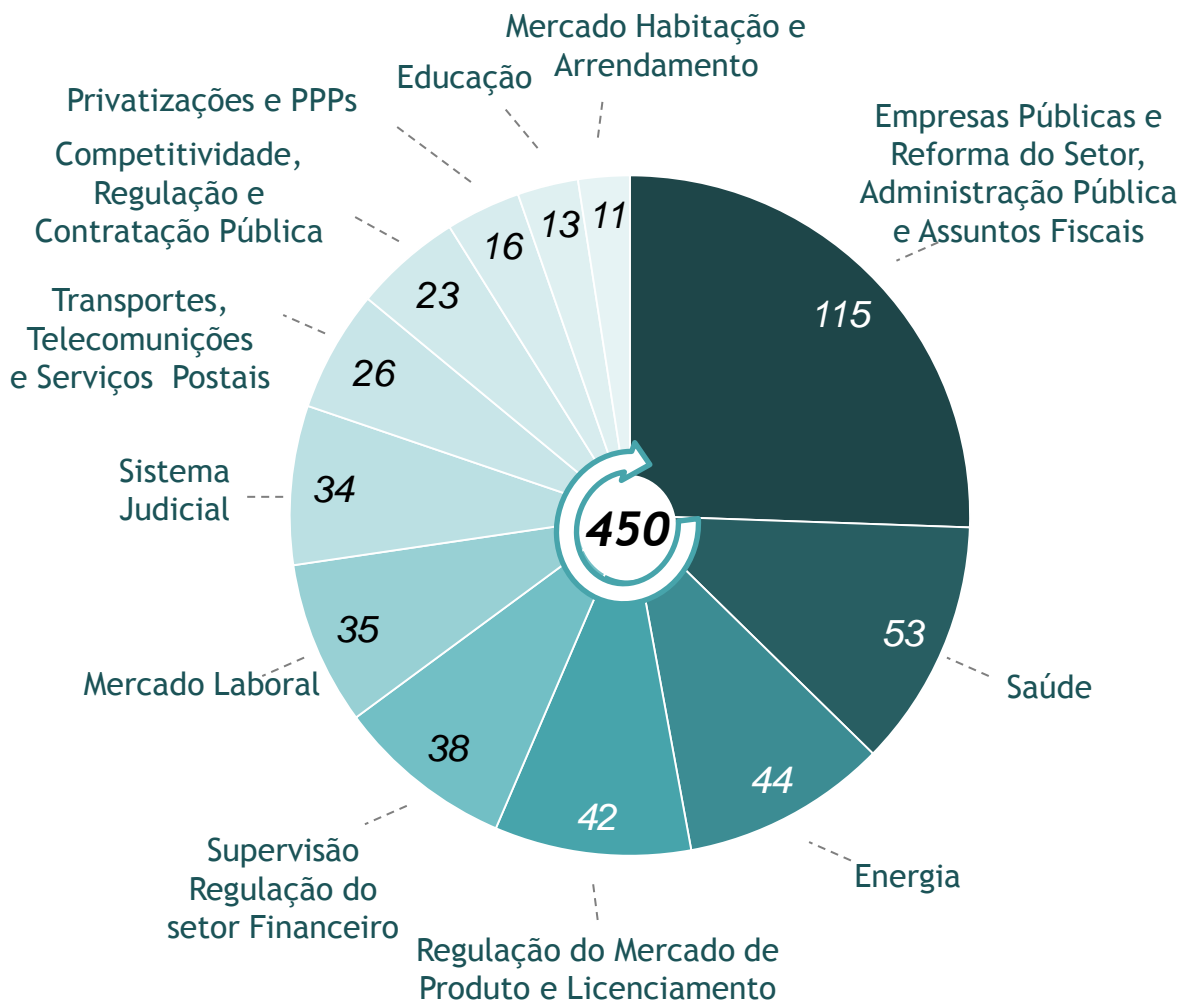
# A. Visão global 2014-2015

## 1. Ajustamento português em curso

A Missão da CE, BCE e FMI foi concluída de forma bem-sucedida

Reformas abrangentes resultaram na implementação de 450 medidas, em todas as áreas

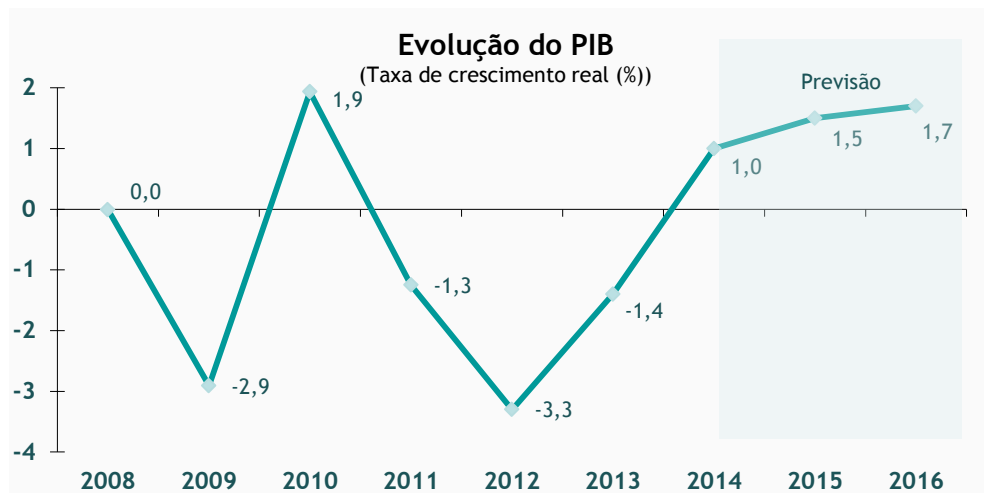
Necessidades de financiamento para 2014 estão totalmente cobertas e quase dois terços das necessidades para 2015 estão assegurados



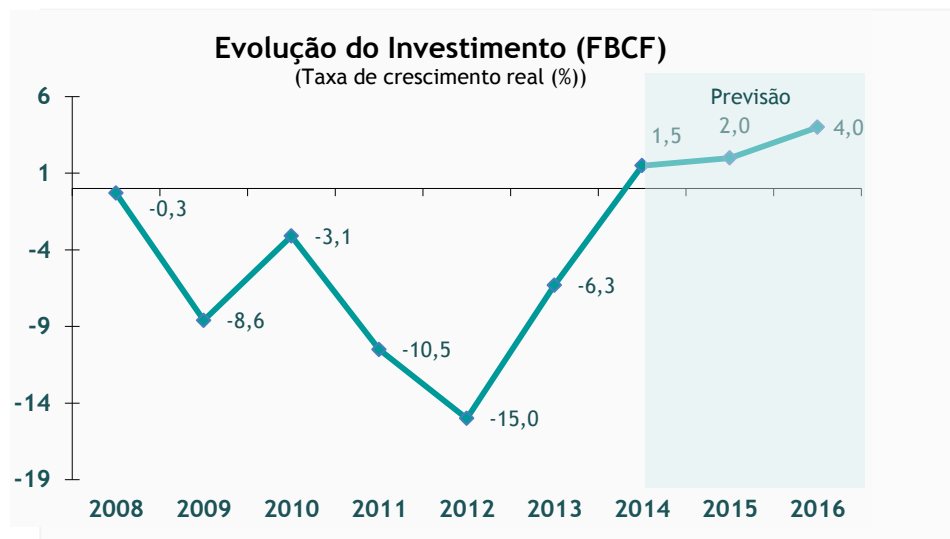
**Resultado: Economia mais sustentável, competitiva e amiga do investimento**

# A. Visão global 2014-2015

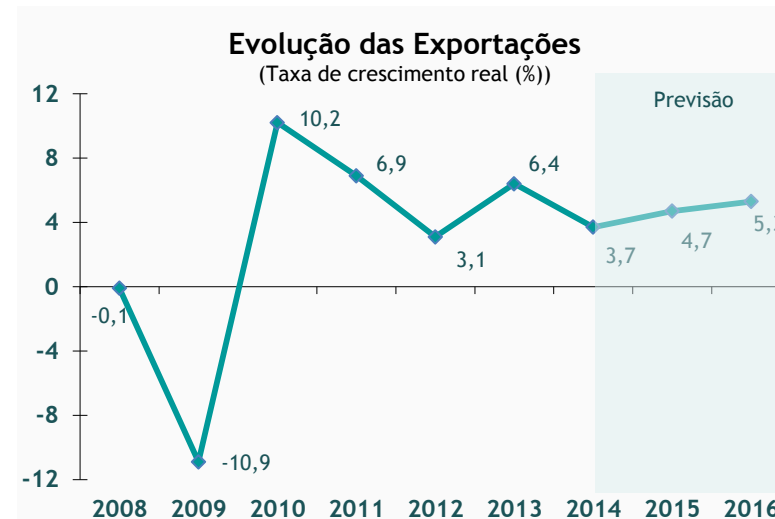
## 2. Dados Macroeconómicos



Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Anuais do INE(2008-2013); Relatório do OE 2015 (2014-2015); IGCP (2016)



Fonte: GEE, com base nos dados das Contas Nacionais Anuais do INE (2008-2013); Relatório do OE 2015 (2014-2015); IGCP (2016)



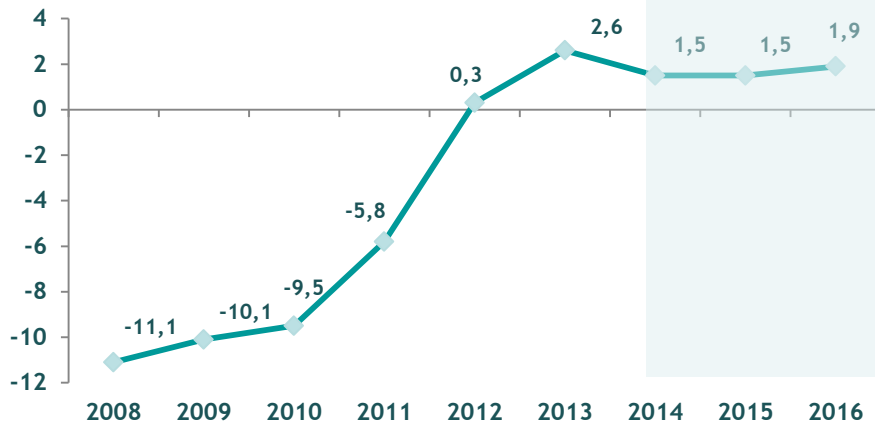
Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Anuais do INE(2008-2013); Relatório do OE 2015 (2014-2015); IGCP (2016)

# A. Visão global 2014-2015

## 2. Dados Macroeconómicos

### Evolução da Balança Corrente e de Capital

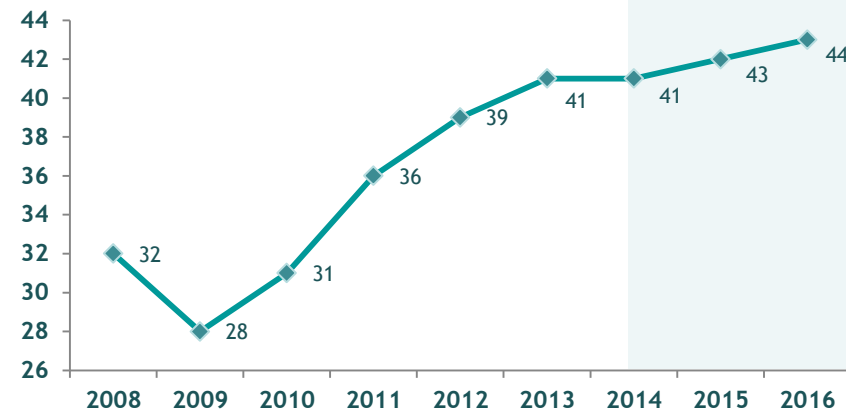
(peso no PIB (%))



Fonte: Eurostat, Capital plus current account in % of GDP - annual data (2008-2013); Relatório do OE 2015 (2014-2015); Comissão Europeia - Autumn forecast 2014 (2016)

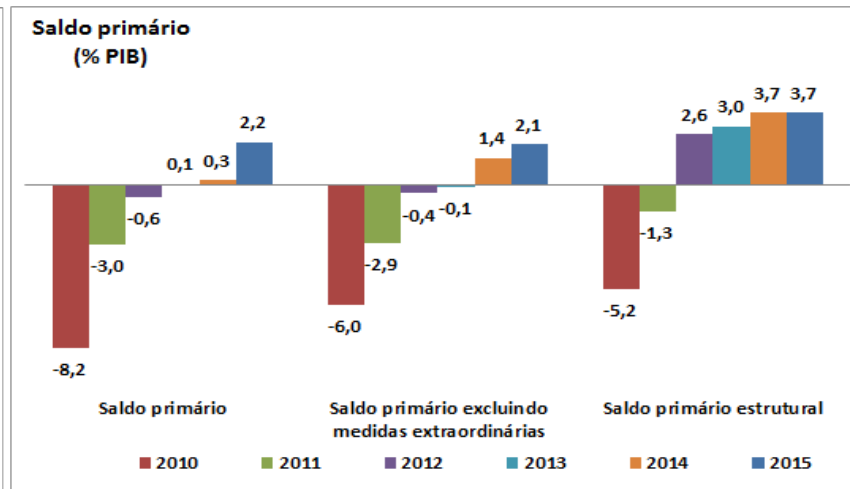
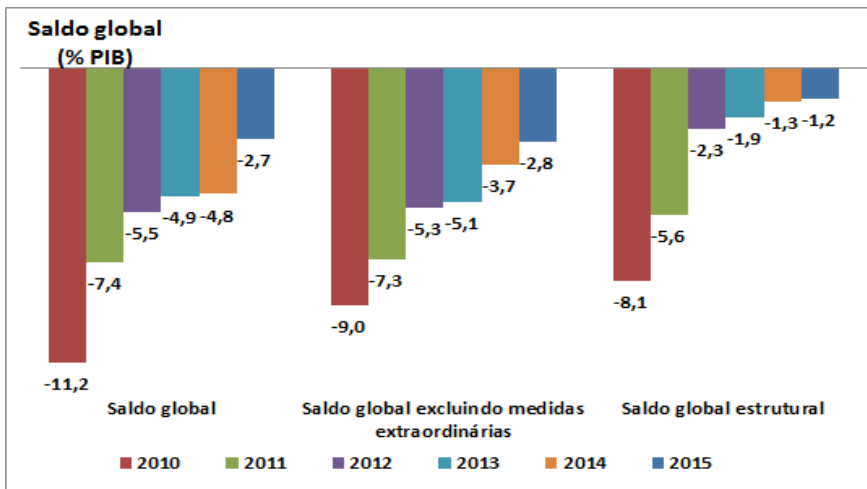
### Evolução das Exportações

(peso no PIB (%))



Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Anuais do INE (2008-2013); Relatório do OE 2015 (2014-2015); FMI - World Economic Outlook Outubro 2014 (2016)

### Ajustamento Orçamental



Fonte: Ministério das Finanças

# A. Visão global 2014-2015

## 2. Dados Macroeconómicos

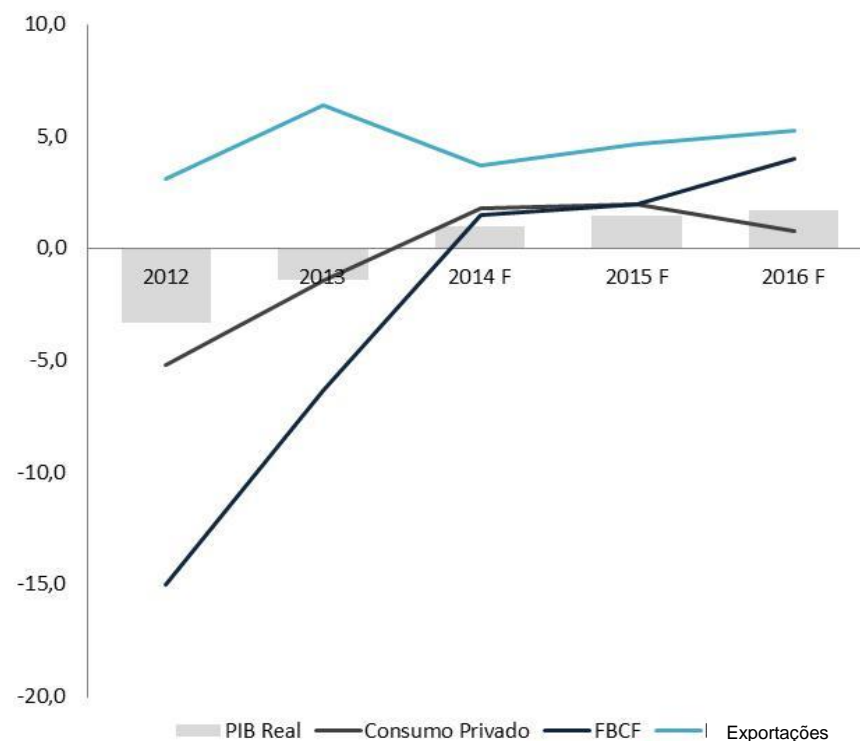
### Principais indicadores para a economia Portuguesa...

*Variação homóloga*

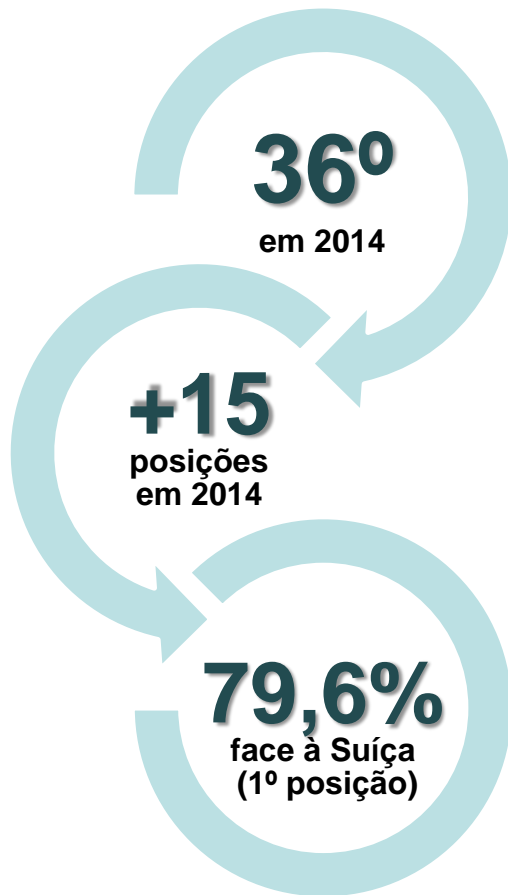
	2012	2013	2014 F	2015 F	2016 F
<b>PIB Real</b>	-3,3	-1,4	1,0	1,5	1,7
<b>Consumo Privado</b>	-5,2	-1,4	1,8	2,0	0,8
<b>Consumo Público</b>	-4,3	-1,9	-0,6	-0,5	-0,8
<b>FBCF</b>	-15,0	-6,3	1,5	2,0	4,0
<b>Exportações</b>	3,1	6,4	3,7	4,7	5,3
<b>Importações</b>	-6,6	3,6	4,7	4,4	4,3

Fonte: 2014 & 2015 MF / 2016 IGCP  
F = Previsão

... e um ciclo de crescimento baseado no consumo privado, investimentos e exportações



## Global Competitiveness Report 2014



### Destaques do Relatório

- À frente de países como Itália, República Checa, Polónia, Malta e Turquia
- Facilidade nos Negócios*
- Em 5º lugar em termos do N.º de dias para Iniciar um Negócio;
  - Melhorou 28 posições (44º) em termos de Eficiência do Mercado de Bens.
- Mercado Laboral*
- Melhorou 43 posições (83º) em termos de Eficiência do Mercado Laboral;
  - Em 4º lugar em termos de Qualidade das Escolas de Gestão e 8º relativamente a Disponibilidade de Cientistas e Engenheiros.
- Acesso a Financiamento*
- Em termos de desenvolvimento do mercado financeiro, Portugal melhorou 10 posições, nomeadamente em relação à facilidade de acesso a empréstimos (+13), financiamento através de equity market (+15) e disponibilidade de Venture Capital (+25).
- Infraestruturas e Equipamentos Básicos*
- Portugal ocupa a 17ª posição relativamente à qualidade de infraestruturas e a 24ª quanto a Saúde e Educação Primária e Educação Superior e Formação, equipamentos básicos mas com forte impacto na performance dos negócios.

## Doing Business 2015

**25º**

entre 189  
países, o país  
da Europa do  
Sul mais bem  
posicionado

### Destaques do Relatório

- Portugal é atualmente o 11.º melhor país para fazer negócio na UE28
- À frente da Holanda, da Bélgica, da Espanha, da França, da Itália e, inclusivamente do Japão

#### *Ambiente regulatório*

- Melhoria do ambiente regulatório e redução da distância para os indicadores de referência do ranking, permitindo reduzir o tempo e o custo de registo de novas empresas, levando a um aumento de 17% no número de *start-ups*;
- 10.º Lugar em termos de facilidade para iniciar uma atividade.

#### *Competitividade Fiscal*

- Redução da taxa de IRC e criação de um regime fiscal simplificado para PMEs;

#### *Eficácia do sistema judicial*

- 27.º lugar ao nível da redução das disputas comerciais, elemento essencial para a promoção de um ambiente mais favorável às empresas.

#### *Registo de Propriedade*

- Portugal ocupa a 25ª posição neste indicador, fruto da implementação de procedimentos mais céleres, uma evolução em consequência do 1.º lugar ao nível dos países que haviam facilitado os procedimentos de registos de propriedade, mencionado no relatório do ano passado.

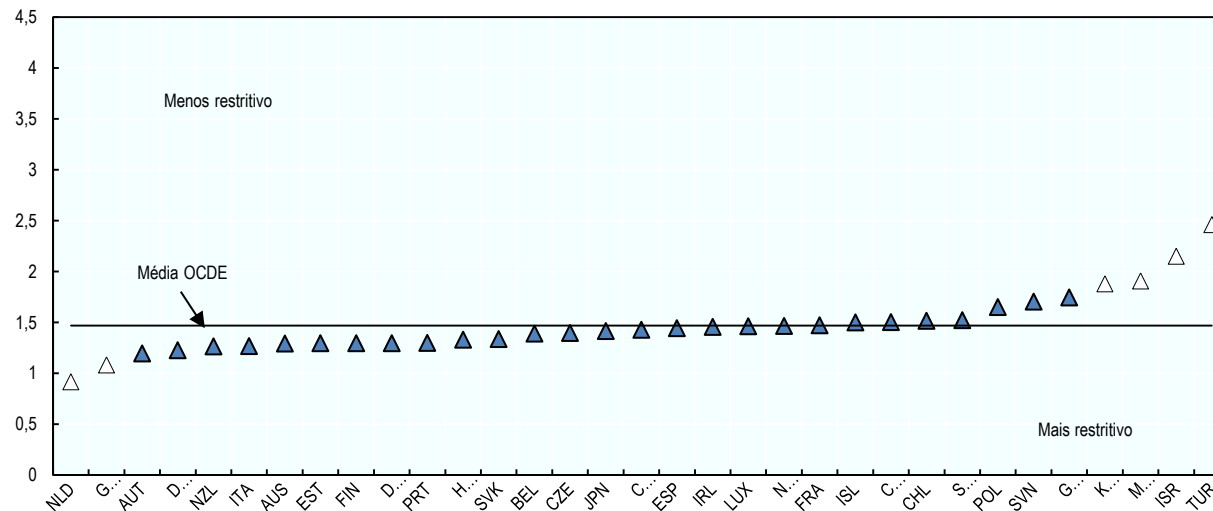


### OECD Overall Product Market Regulation Score 2013

Mede as reformas dos mercados de produto - Escala 0 a 6 (do menos para o mais restritivo)

- Portugal foi o país com a maior evolução no ranking PMR, entre 2008 e 2013;
- Portugal ocupa agora a **11.<sup>a</sup> posição (9.<sup>a</sup> entre os países da UE)**.

Ranking global PMR em 2013 nos países da OCDE  
Escala 0 a 6 (do menos para o mais restritivo)



Fonte: OCDE (2013), Product Market Regulation Database

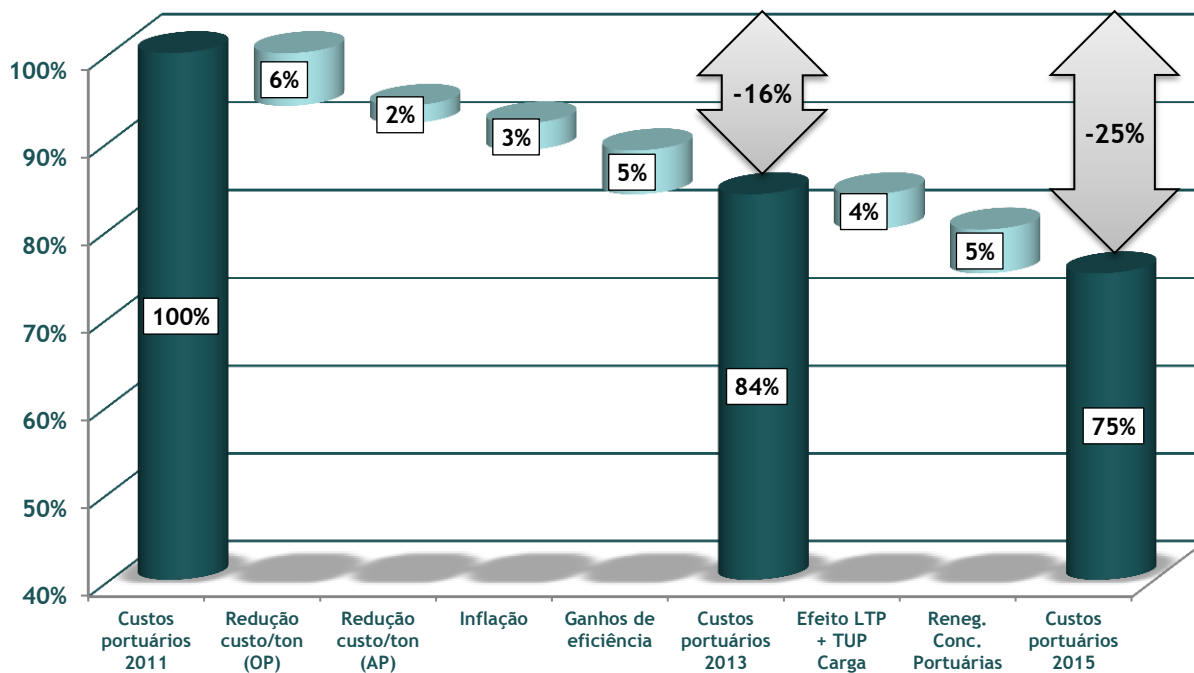
### Melhores países para se fazer negócio

Portugal é atualmente o 20.º (entre 145 países) do ranking 2013 da Forbes Best Countries to do Business

### Contributo dos Portos para a competitividade da economia Portuguesa

Redução de 16% da fatura portuária, em termos reais, em 2013 face a 2011, sendo expectável que em 2015 essa redução atinja os 25%.

**Redução da Fatura Portuária desde 2011**  
Terminais de serviços públicos



**Custo médio/ton 2011-2013**



■ Administração Portuária

■ Op. de Terminal de Contentores

#### Estratégia de fomento industrial para o crescimento e o emprego 2014-2020

- Em 2015 será dada continuidade à EFICE que visa um crescimento sustentável da economia assente em 9 eixos de atuação fundamentais:
  - Consolidação e Revitalização do Tecido Empresarial, no qual será dada prioridade à recuperação, consolidação e recapitalização de empresas através da facilitação de operações de fusão e aquisição. A indústria nacional será dinamizada, elevando o peso da indústria transformadora na economia para os 18% em 2020;
  - Crescimento sustentado da Procura Interna, promovendo sectores com elevada componente nacional na sua produção, nesse sentido foi já reforçado o programa “Portugal Sou Eu”, que abrange já 2.263 produtos, estruturando assim novas oportunidades de emprego, aumentando para 75% a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos, em 2020;
  - Qualificação e Formação Profissional, reforçando a aprendizagem dual e o ensino profissional de forma a atingir cerca de 200 mil alunos em 2020;
  - Financiamento, potenciando a capacidade das empresas terem acesso a crédito;
  - Promoção do Investimento através da redução de custos de contexto, continuando o combate à burocracia, desmaterializando processos e melhorando a competitividade dos fatores produtivos, entre os quais os custos energéticos com o objetivo de posicionar a economia portuguesa no Top-5 no ranking Doing Business do Banco Mundial para países da Europa, em 2020;
  - Dar continuidade ao aumento da Competitividade Fiscal com a reforma abrangente do IRC que em 2015 já prevê a redução da taxa de 23% para 21%;
  - Internacionalização, reforçando a estratégia de diplomacia económica e promoção de uma imagem de qualidade da produção nacional no exterior, bem como orientar o crescimento das empresas para os mercados externos, aumentando para 52% o peso das exportações no PIB em 2020;
  - Inovação, Empreendedorismo e I&D, fomentando o investimento nestes projetos e uma maior aposta na formação ao nível do ensino, por forma a atingir o valor de 2,7% do PIB, em 2020;
  - Aposta na melhoria das Infraestruturas Logísticas, com um papel fundamental na promoção da atividade exportadora e reforço da competitividade da produção nacional.

#### Reforço dos Instrumentos de atração de Investimento

- Em 2015 será dada continuidade aos *Roadshows* internacionais de captação de investimento estrangeiro, com a participação da AICEP, dando a conhecer as oportunidades de investimento em Portugal nos principais parceiros comerciais europeus, sendo que até final de 2014 estão já agendados E.U.A e Paris, e em 2015, Alemanha e Davos;
- Dar a conhecer aos investidores estrangeiros que Portugal tem dado sinais objetivos de recuperação económica, sendo hoje um país mais competitivo e atrativo para o investimento, onde existem oportunidades de negócios concretas e com potencial, nomeadamente em diversos sectores da nossa economia, onde existem falhas diagnosticadas nas respetivas cadeias de valor.

#### Internacionalização - incremento da rede de diplomacia económica

- Em matéria de diplomacia económica, em 2015 o Governo continuará a considerar como três pilares fundamentais, i) a diversificação de mercados, nomeadamente o aumento sustentado do peso do comércio extracomunitário no quadro das nossas exportações; ii) o alargamento da base exportadora; e iii) a atração de investimento estruturante que gere riqueza, aumente o valor acrescentado dos nossos produtos e serviços, crie postos de trabalho qualificados.

#### Regime Licenciamento Industrial

- Tendo sido concretizada a avaliação da aplicação do Sistema da Industrial Responsável (Regime de Licenciamento Industrial) tenciona o Governo, em 2015, implementar as melhorias necessárias que conduzam à promoção de um ambiente de negócios mais favorável ao investimento na área da indústria, através do reforço das garantias de celeridade e transparência, bem como da implementação de melhorias com vista à simplificação e dinamização dos procedimentos, à redução de encargos e burocracia e ainda à respetiva operacionalização no Balcão do Empreendedor, garantindo a sua tramitação electrónica.

#### Inovação e Empreendedorismo

- Fomentar o investimento em I&D com aplicabilidade comercial criando condições para a afirmação do empreendedorismo em Portugal;
- Orientar o Investimento Público e Incentivos ao Investimento Privado em I&D para o crescimento económico, melhorando também as condições de entrada de capital;
- Integrar as competências de empreendedorismo nos programas de ensino da escolaridade obrigatória;
- Reforçar a cooperação entre as empresas e entidades do SCT através do estímulo à valorização económica do conhecimento e reforço das parcerias internacionais para a Investigação Aplicada;
- Vocacionar a Portugal Ventures para o apoio ao investimento em segmentos onde haja falhas de mercado.

#### Agenda Digital

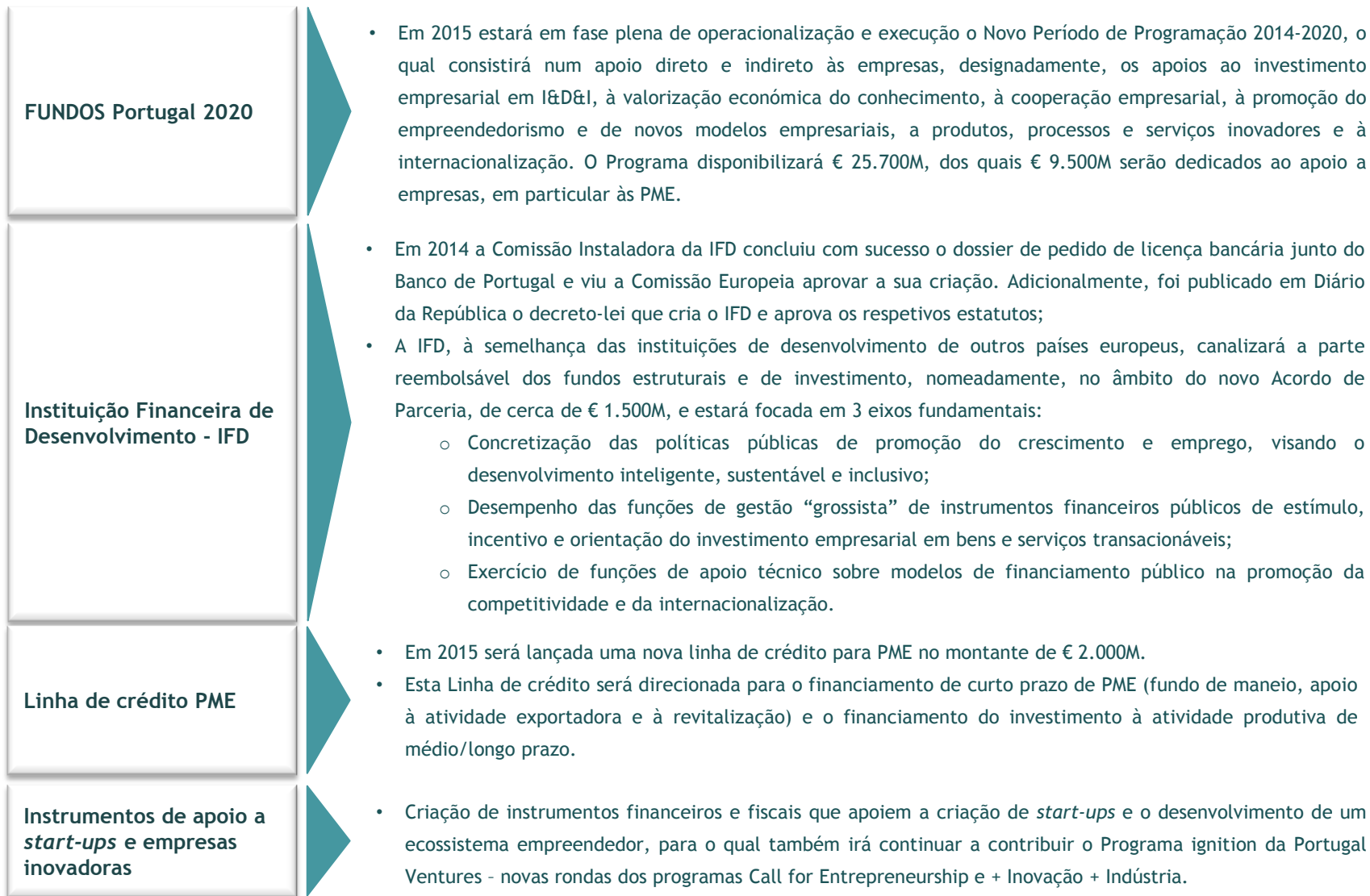
- Portugal pretende aproveitar todos os benefícios das TIC e electrónica e da economia digital. A Agenda Portugal Digital tem, assim, como objetivo fomentar o desenvolvimento e a utilização da economia digital pelos cidadãos, pelas empresas e pelo Estado como elemento facilitador da relação com os agentes económicos;
- A Agenda deixa de estar centrada apenas na ação do Governo e da Administração Pública, passando a ter também um forte envolvimento e participação da sociedade civil e do sector privado;
- A APD alinha as suas áreas e calendários de intervenção com as da Agenda Digital para a Europa, criando um enquadramento mais favorável à atividade das empresas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), dando, assim, cumprimento às orientações subscritas por Portugal no âmbito do Small Business Act (SBA) para a Europa;
- Lançada em 2013, a Agenda é coordenada e monitorizada por uma Comissão Interministerial criada para o efeito e que é por sua vez coordenada pelo membro do Governo responsável pela área da inovação.
- Em 2015 será dada sequência à monitorização da implementação das diversas medidas previstas na Agenda, sendo prioridade deste Ministério assegurar a disponibilidade de financiamento no âmbito do programa Portugal 2020;
- Em articulação com o Portugal 2020 será dado ainda destaque à criação de um Vale Inovação Digital a gerir pelos Institutos no âmbito do Ministério da Economia - IAPMEI e Turismo de Portugal, como forma de permitir às empresas de mais pequena dimensão apropriar o potencial de crescimento da economia digital.

#### I&D&I - Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) e Clusters

- Implementação da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI), que procura mobilizar o Sistema Nacional de I&D e Inovação para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, para a melhoria de produtos e processos, com vista a um mais inteligente posicionamento competitivo da economia portuguesa no mercado internacional. Em paralelo, valorizar as economias de aglomeração como fator acelerador da inovação e competitividades empresariais, destacando-se a importância da consolidação da rede de clusters, que assume um papel relevante na implementação da ENEI, sendo esperado que tenha um contributo significativo para a valorização económica do conhecimento na produção de novos produtos e serviços e na inovação organizacional, estratégica ou de mercados.

#### Lançamento Agência Nacional de Inovação (ANI)

- Atividade conjunta entre o Ministério da Economia e o Ministério da Educação e Ciência;
- Portugal não pode negligenciar o seu potencial de inovação através de uma maior e melhor articulação entre as empresas e as instituições do SCTN, direcionando o seu investimento em I&DT para projetos determinados pela procura e que se traduzam em aplicações com valor económico;
- O próximo programa quadro, o Horizonte 2020, privilegia o apoio a projetos de I&D com componente empresarial, acentuando a necessidade de melhorar a articulação Ciência-Economia, tanto ao nível das políticas como dos seus instrumentos;
- Neste quadro assume particular relevância a existência de uma plataforma que corporize a opção por um crescente alinhamento, e operacionalize as políticas prosseguidas pelo governo nas áreas da Ciência e da Economia;
- Para o efeito, reposicionou-se AdI tendo sido lançada ANI - Agência Nacional de Inovação, dotando-a de um modelo de governação que lhe permita assumir uma posição central na governação da relação ciência-economia, e de absoluta paridade ao nível dos organismos que intermediam a ação governativa nestas duas áreas;
- Atividade em 3 eixos: i) intervenção no sistema de inovação; ii) “inteligência e conhecimento” (central na capacitação da inovação empresarial); e iii) apoio à ação e decisão política (think-tank e incubação de iniciativas);
- Apoio à I&D empresa - SCTN em Portugal, à valorização dos resultados da I&D nacional, e promoção integrada apoios à I&D empresarial (nacionais/UE).



## B. Medidas estratégicas 2015

### 3. Competitividade Fiscal

#### Reforma do IRC

- Redução de 2 p.p. na taxa nominal do IRC, passando de 23% para 21%, já a partir de 1 de janeiro 2015, e com o objetivo de que se venha a fixar num intervalo entre 17% e 19% em 2018;
- Simplificação do processo de regularização de IVA relativo a créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa;
- Os preços de transferência passarão a estar alinhado com a as guidelines da OCDE.

#### Novo Código Fiscal do Investimento

- O Governo aprovou um novo Código Fiscal do Investimento, adaptando-o, ao novo quadro legislativo europeu aplicável aos auxílios estatais para o período 2014-2020 e reforçando os diversos regimes de benefícios fiscais ao investimento, em particular no que se refere a investimentos que proporcionem a criação ou manutenção de postos de trabalho e se localizem em regiões menos favorecidas;
- No que se refere aos benefícios fiscais contratuais, o Governo aumentou o limite máximo do crédito de imposto em sede de IRC até aos 25%, bem como as majorações previstas para investimentos realizados em regiões com um poder de compra per capita significativamente inferior à média nacional, que proporcionem a criação ou a manutenção de postos de trabalho, contribuam para a inovação tecnológica ou para a proteção do Ambiente;
- Relativamente ao regime fiscal de apoio ao investimento, o Governo aumentou o limite da dedução à coleta em sede de IRC até 25%, alargou o prazo da isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI), bem como o âmbito de aplicação da isenção de imposto do selo, incentivando o empreendedorismo, a inovação e favorecendo a criação de empresas com estruturas de capital saudáveis.

#### Reforma do IRS

- Criação de um crédito fiscal que consiste numa potencial dedução a efetuar ao valor anual da coleta da sobretaxa de 2015, dependente da receita efetiva do IRS e do IVA;
- Desagravamento do IRS para famílias com mais de dois dependentes através da introdução do coeficiente familiar;
- Dedução um valor fixo de despesas com saúde, educação e habitação, de montante igual para cada pessoa.



#### Consumo interno

- No sentido de permitir o crescimento sustentado do consumo interno foram tomadas as seguintes medidas:
  - Aumento do salário mínimo nacional para € 505 já a partir de outubro 2014;
  - Eliminação da CES para pensões inferiores a € 4.611,42 e consagração de apenas dois escalões para rendimentos superiores, a que são aplicáveis as taxas de 15% e 40%;
  - Recuperação dos salários dos funcionários públicos, através da redução da taxa de redução remuneraria em 20%;
  - Atualização das pensões mínimas sociais e rurais;
- No âmbito da EFICE e da Agenda para a Competitividade do Comércio, o Governo continuará a dar prioridade às seguintes componentes:
  - Dar continuidade ao sucesso do Programa “Portugal Sou Eu”, alargando a promoção aos setores dos serviços com elevado componente nacional na sua produção. Este Programa começou recentemente a ser divulgado também no estrangeiro, distinguindo os produtos nacionais nas feiras e ventos em que a AICEP participa, reforçando assim a criação de uma marca e de uma estratégia conjunta de internacionalização, estimulando a participação das PME na estratégia de exportação;
  - Apoio aos setores com maior desgaste provocado pela evolução no passado recente da economia, designadamente no que se refere a instrumentos de capitalização das empresas para melhorar a sua saúde financeira.

#### Defesa do Consumidor

- Em 2015 será revisto o regime jurídico da publicidade de forma a adaptá-lo aos novos desafios colocados pelo comércio electrónico e pela economia digital, promovendo ainda a consolidação e a coerência desta legislação;
- Será criado o livro de reclamações electrónico, bem como a revisão do regime jurídico do livro de reclamações, que permitirão uma resposta mais célere e eficaz às comunicações dos consumidores;
- Iremos reforçar a proteção jurídica dos consumidores e o seu acesso à justiça com a transposição da diretiva da UE sobre a resolução extrajudicial de litígios de consumo e do regulamento europeu que cria uma plataforma electrónica para a resolução dos conflitos em linha;
- Será ainda transposta a legislação europeia em matéria de serviços de pagamento, relativa à comparabilidade dos encargos relacionados com as contas de pagamento, à mudança de conta de pagamento, à segurança e proteção dos consumidores na utilização de serviços de pagamento pela Internet e transfronteiriços e às comissões interbancárias aplicáveis às operações de pagamento por cartão;
- O Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores continuará a apoiar financeiramente projetos prosseguidos pelas associações de consumidores e outras associações de direito privado para a informação, formação e educação dos consumidores, e a Rede de Apoio ao Consumidor Endividado.

#### Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração 2014-2020

- Estratégia sectorial para o aumento da competitividade assente em 5 eixos de atuação: i) potenciar o conhecimento e o acompanhamento; ii) reduzir os custos de contexto e executar a simplificação administrativa; iii) incrementar a competitividade e o acesso ao financiamento; iv) capacitar a internacionalização e a economia digital; v) revitalizar e fomentar a restauração e similares;
- Esta estratégia cria o Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração, num lógica de parceria de trabalho entre estruturas representativas dos sectores (associações, confederações, empresas, consumidores, universidades) e o Governo;
- Desenha um perfil/diagnóstico regular dos sectores em Portugal e das macrotendências, e disponibiliza informação pública e pormenorizada acerca dos mesmos;
- Incentiva uma aproximação entre empresas no sector, com a criação de uma plataforma de colaboração e de conhecimento partilhado;
- Aumenta a competitividade no sector e promove o investimento empresarial. No quadro do Fundo de Modernização do Comércio (FMC) pretende-se dar continuidade ao sistema de incentivos para apoio à atividade comercial - “Comércio Investe - Sistema de Incentivos ao Investimento”, priorizando o reforço da linha de apoio aos projetos conjuntos;
- Aprova o Novo Regime Jurídico de acesso e exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) que estará em vigor durante o 1º semestre 2015, com o objetivo de promover a redução de custos de contexto, através da revisão generalizada dos regimes jurídicos aplicáveis ao sector, uma simplificação e desmaterialização de procedimentos e avaliação de outras áreas de atuação;
- Em 2015 será dado enfoque ao acompanhamento e monitorização do Regime Jurídico aplicável às Práticas Individuais Restritivas do Comércio (PIRC) no sentido de avaliar os seus impactos positivos e negativos;
- Incentiva uma maior presença no mercado digital global para a internacionalização destes sectores e o desenvolvimento da economia digital, e-commerce, promovendo ainda uma 2ª fase do programa “PME Digital”;
- Incrementa a competitividade e o acesso ao financiamento, com destaque para a promoção do financiamento colaborativo (crowdfunding) e a criação de uma linha específica para a capitalização de empresas destes sectores.

# B. Medidas estratégicas 2015

## 5. Infraestruturas, Transportes e Comunicações

### Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+)

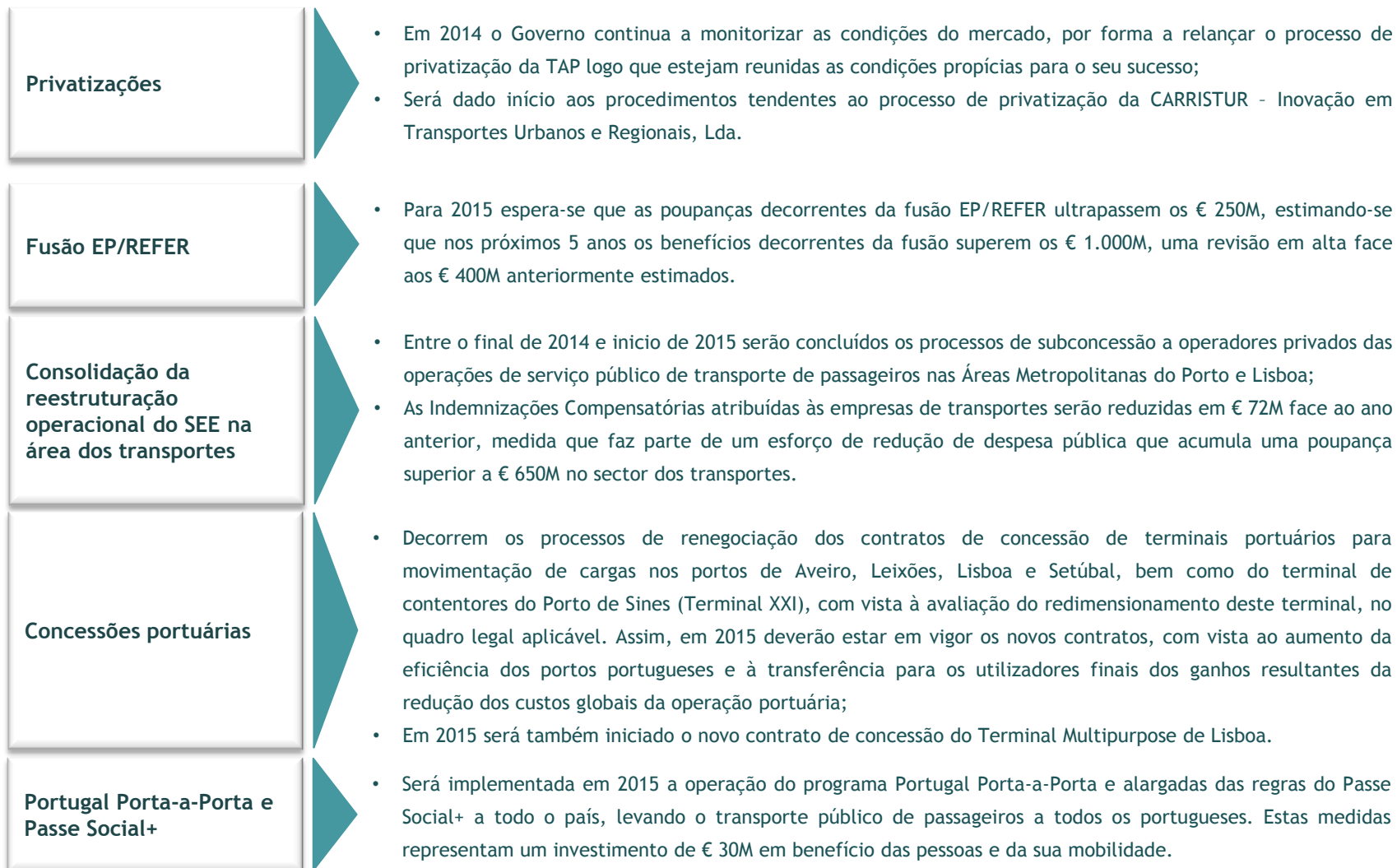
- Ainda em 2014 o Governo aprovou o PETI3+ no qual é incluído:
  - O estabelecimento de 59 projetos de investimento prioritários para o sector de transportes e infraestruturas a executar no horizonte 2014-2020/22;
  - O lançamento do programa Portugal Porta-a-Porta, que visa alargar a cobertura de sistemas públicos de transporte de passageiros a todo o país;
  - O alargamento das regras do Passe Social+ a todo o país;
  - A fusão das empresas de gestão de infraestruturas Estradas de Portugal, SA (EP) e Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE (REFER).
- Em 2015 serão lançados estudos e/ou investimentos previstos no PETI3+:
  - As intervenções de âmbito ferroviário terão especial incidência nas Linhas do Norte, Minho, Douro, Oeste, Beira-Alta, Beira-Baixa, Algarve e nos corredores Aveiro-Vilar Formoso e Sines-Caia, no âmbito dos compromissos portugueses em matéria de RTE-T-;
  - No que se refere aos investimentos portuários importa referir o desenvolvimento de projetos em curso ou a lançar em 2015 nos terminais portuários de Leixões, Sines e Lisboa ou dos terminais de cruzeiros de Leixões e de Lisboa;
  - No plano rodoviário merece destaque a conclusão do troço de ligação à fronteira em Vilar Formoso, no âmbito da Rede Transeuropeia de Transportes.

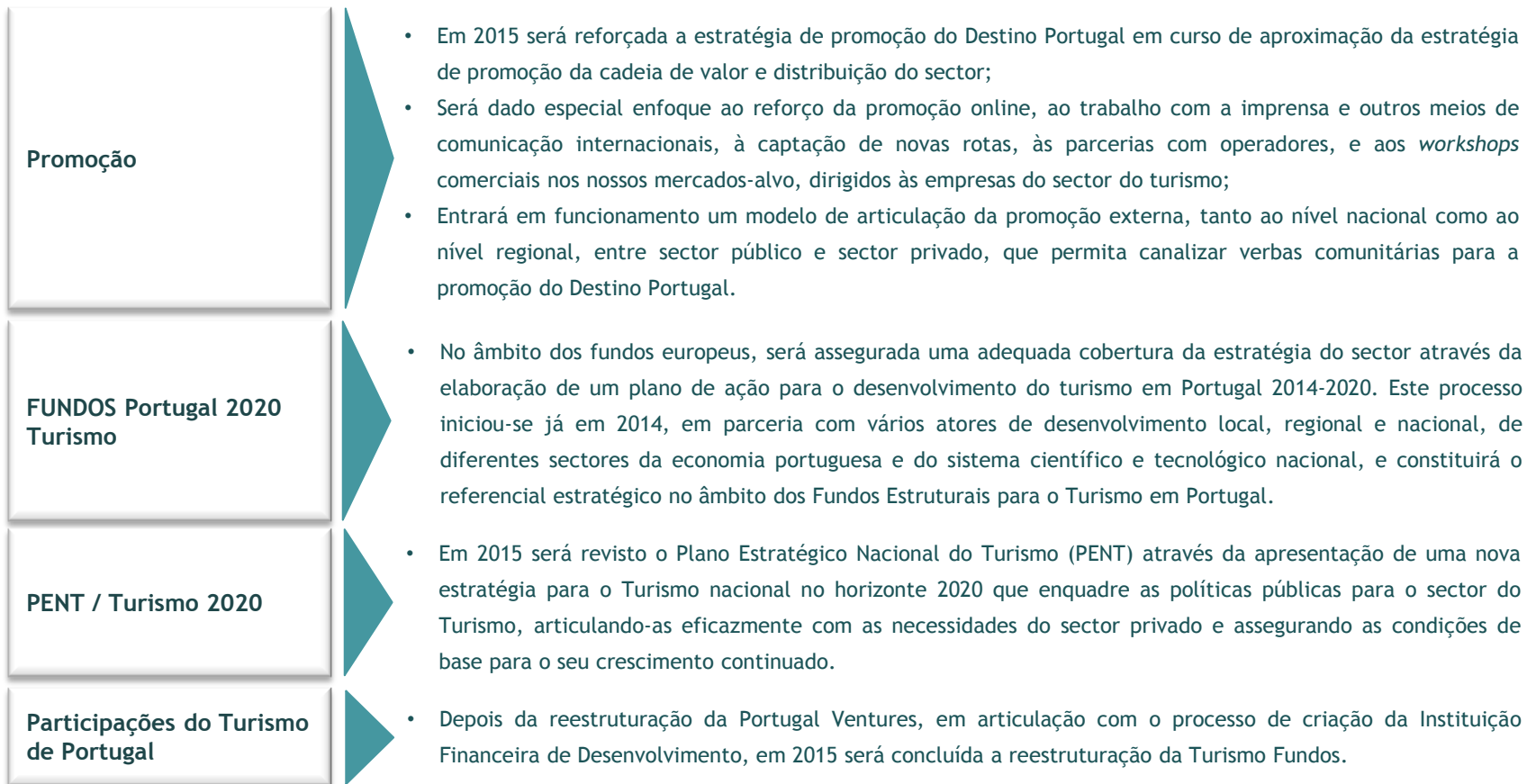
### Renegociação das PPPs rodoviárias

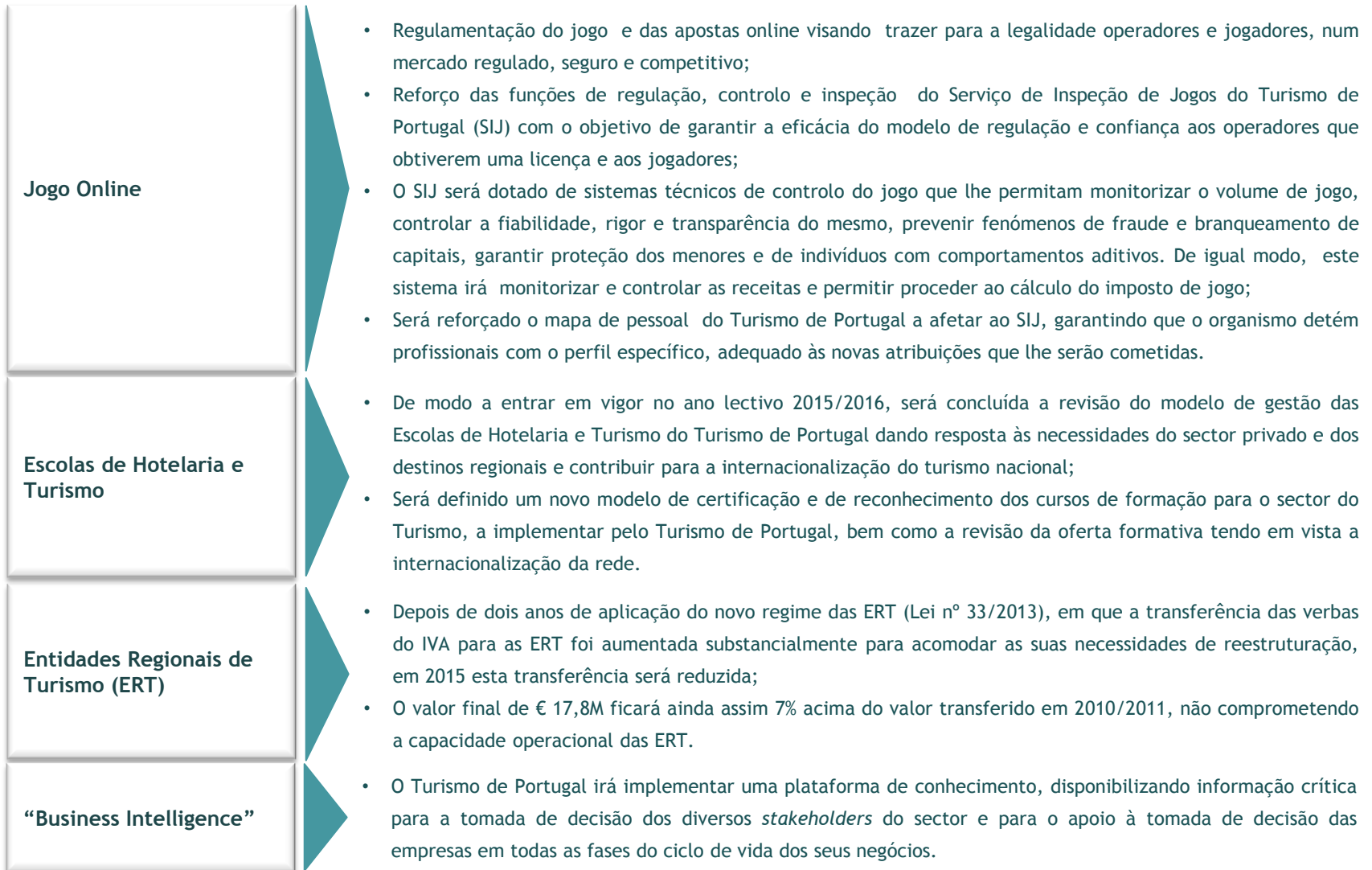
- Após a conclusão com êxito, em 2014, das renegociações relativas às PPPs rodoviárias, lançadas entre 2007 e 2011, em 2015 entrarão em vigor os novos contratos de concessão, resultantes dos processos negociais relativos às Concessões do Estado, ex-SCUT e Subconcessões;
- O resultado global é uma redução da despesa na ordem dos € 306M em 2015 e uma poupança global de € 7.500M ao longo da vida dos contratos.

## B. Medidas estratégicas 2015

### 5. Infraestruturas, Transportes e Comunicações







## B. Medidas estratégicas 2015

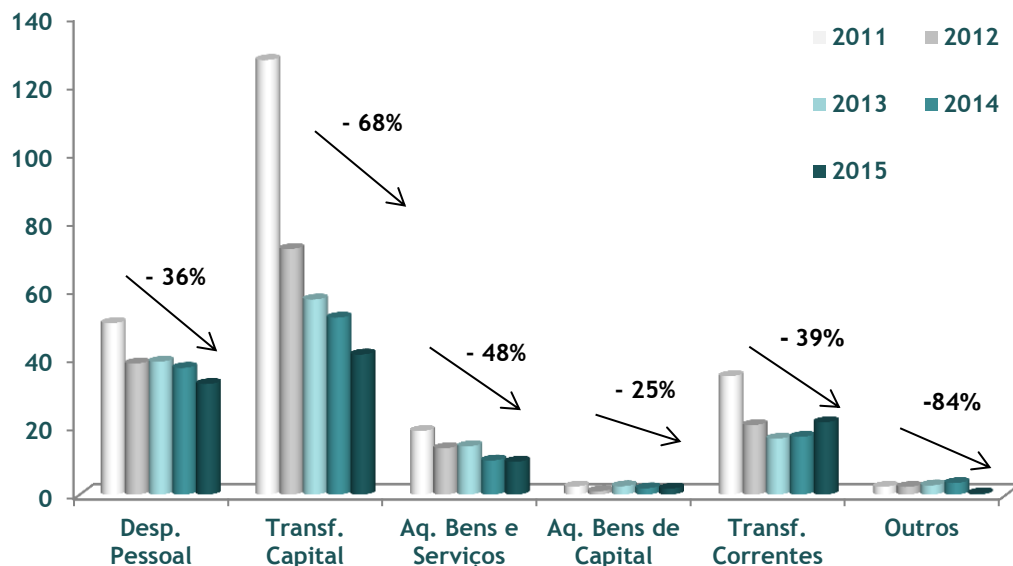
### 7. Consolidação Orçamental



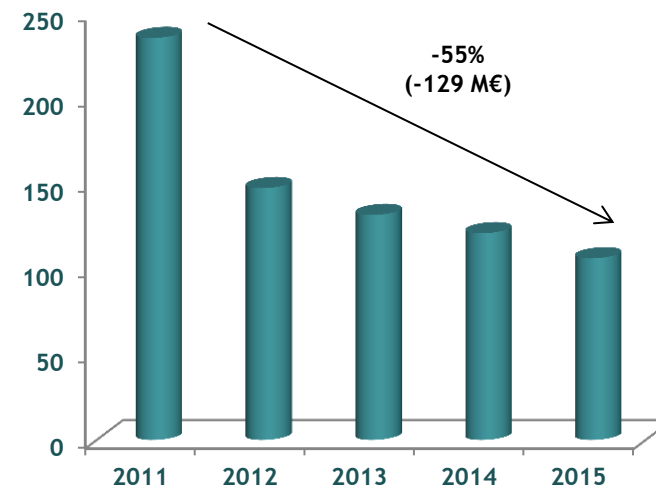
Em 2015 entram dentro do perímetro orçamental do ME 11 novas EPRs, o que se refletiu num aumento da despesa efetiva em cerca de € 520M.

Contribuindo para o objetivo da consolidação orçamental, os Organismos do ME apresentam para 2015 uma redução da despesa financiada por Receitas Gerais (excluindo o montante de ICs, e verbas do IVA a transferir para as ERT, que pela 1ª vez serão financiadas por RG) face a 2014, de 12%, e de 55% face a 2011, o que representa uma redução em quatro anos de € 129M.

#### Evolução das Receitas Gerais do Estado



#### Receitas Gerais (Milhões €)





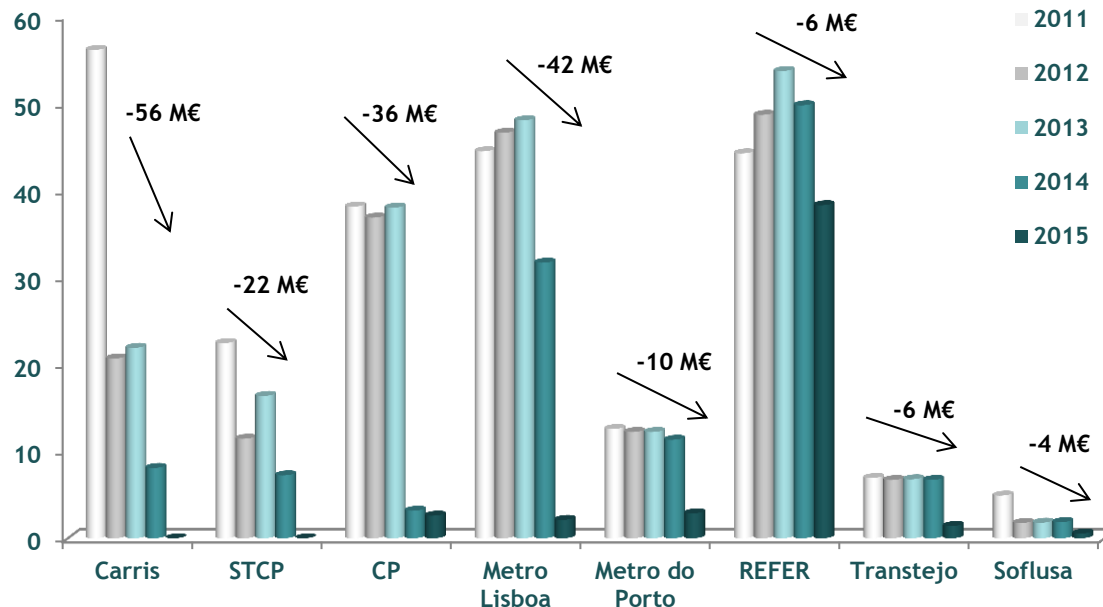
## B. Medidas estratégicas 2015

### 7. Consolidação Orçamental

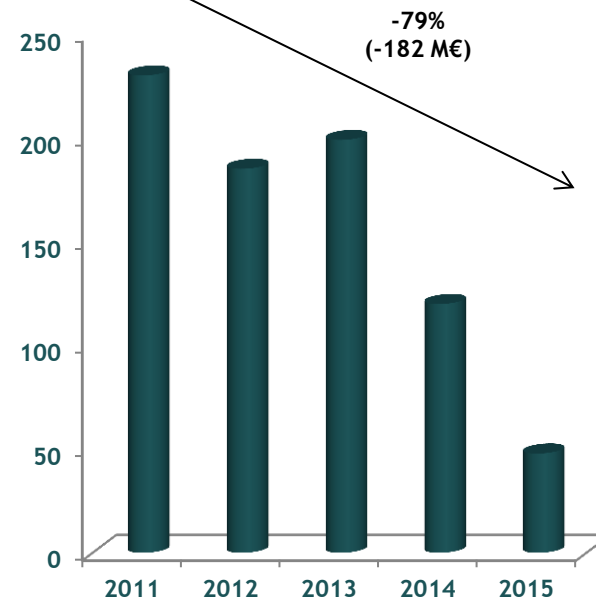


Em 2015 o ME reduzirá o valor das Indemnizações Compensatórias (IC's) atribuídas ao sector empresarial do Estado na área dos transportes em € 72M. Comparando com valores de 2011, a poupança situa-se em mais de € 182M (-79%). Em 2015 não serão atribuídas IC's aos operadores de transporte publico destinas à cobertura de défice de exploração.

#### Evolução das IC's (Milhões €)



#### Total IC's (Milhões €)

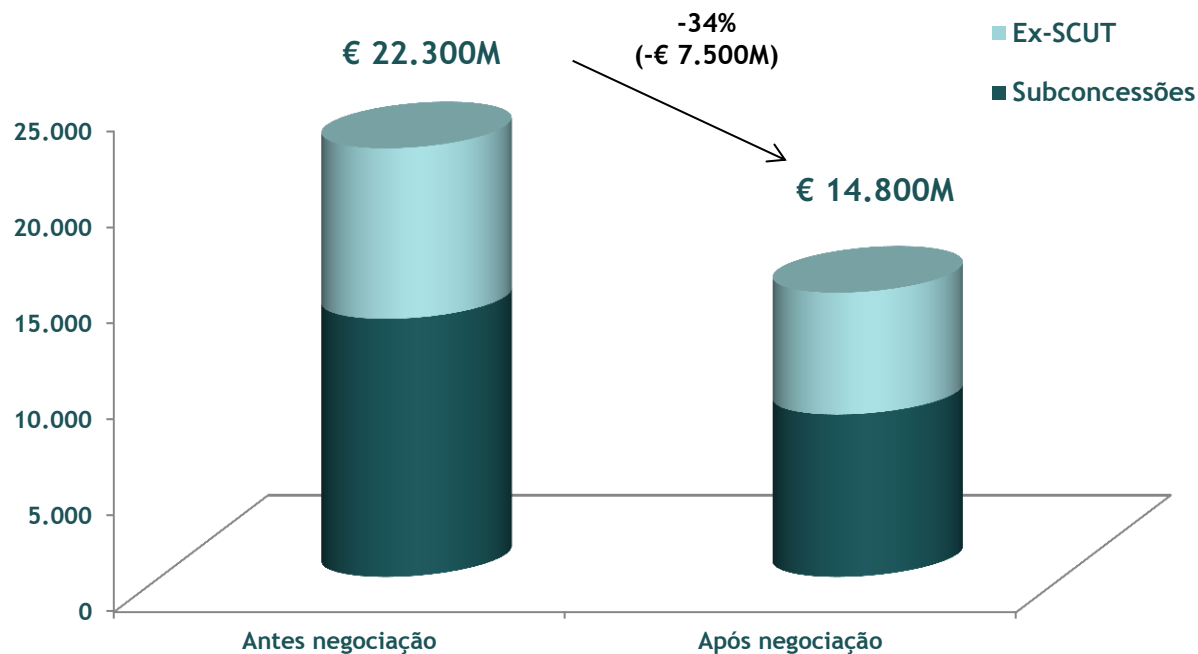


## B. Medidas estratégicas 2015

### 7. Consolidação Orçamental

Os princípios de acordo alcançados pela Comissão de Negociação das PPP rodoviárias irão permitir ao Estado a obtenção de uma poupança de cerca de € 2.525M nas concessões Ex-Scut e de cerca de € 4.975M nas subconcessões, num total de € 7.500M ao longo da vida dos contratos.

Poupança nas PPP rodoviárias  
(Milhões €)



Fonte: EP - Estradas de Portugal